

As Lições da Experiência: A Relação Pais-Filhos e a Transmissão Intergeracional do Significado do Trabalho e da Parentalidade

Inês Nascimento¹
Joaquim Luís Coimbra²

Ser pai/mãe e, ao mesmo tempo, trabalhar corresponde a uma circunstância de vida cada vez mais experimentada pela maioria dos indivíduos. A forma como os indivíduos distribuem os seus recursos pessoais (de tempo, de energia e emocionais) pelo papel parental e pelo papel profissional/ de trabalhador parece também vir a tornar-se uma realidade de características crescentemente andrógenas. As características do contexto sócio-económico e cultural actual tal como se reflectem nas opções e investimentos de homens e mulheres no mundo do trabalho e na relação com os filhos, coloca à investigação um interessante desafio que é o de compreender se e de que forma as experiências vividas na família de origem continuam a contribuir para a construção de certos significados preferenciais para o trabalho e para a parentalidade susceptíveis de influenciar os padrões de investimento das novas gerações nessas duas dimensões. O presente artigo pretende explorar e problematizar este conjunto de questões.

Certa vez um homem furioso arrastou o pai pelo chão do seu pomar.

-Pára! - gritou, por fim, o velho, que gemia.

-Pára! Eu não arrastei o meu pai para lá desta árvore.

Gertrud Stein, *cit. in* Cunningham, 2000

Embora a citação anterior possa impressionar pela crueldade quase parricida do episódio que descreve, ela é sobretudo útil para tematizar a questão da continuidade e descontinuidade geracional que está na base deste artigo. A partir dela, torna-se mais plausível a ideia de que há heranças susceptíveis de resistir às fendas geracionais mas que, apesar de uma certa tendência para a repetição, em cada lanço geracional emergem sempre condições para alguma diferenciação em relação aos acontecimentos do passado. Torna-se, simultaneamente, mais fácil perspectivar a possibilidade que parece abrir-se a cada nova geração para

conservar e manter ou transformar e redimensionar os comportamentos parentais a que esteve exposta ao longo do seu desenvolvimento. Neste caso, centrar-nos-emos, em concreto, no padrão de investimento dos pais na parentalidade e no trabalho explorando a sua potencial influência a nível dos investimentos dos filhos nesses dois domínios.

São três as palavras chave que organizam esta reflexão: Significado, transmissão e relação. Com efeito interessa-nos, sobretudo, ressaltar os mecanismos através dos quais a parentalidade e o trabalho adquirem um sentido preferencial na vida dos indivíduos, sendo que se parte da premissa segunda a qual o significado de ser pai/mãe e o significado do trabalho podem ser transmitidos intergeracionalmente. Schonpflug (2001) distingue dois aspectos do processo de transmissão: os conteúdos da transmissão e os canais de transmissão. Tomando de empréstimo esta distinção, os significados e os valores individuais associados ao trabalho e à parentalidade, tal como eles se

¹ Assistente Estagiária da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

² Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

reflectem nos padrões de investimento dos pais, são aqui concebidos como conteúdos de um processo de transmissão intergeracional no qual a relação pais-filhos funciona como o principal canal.

Importa assim, e antes de mais, contextualizar a relevância deste tema da transmissão intergeracional situando-o na actual conjuntura de mudanças sociais que atingem de forma marcante dois sectores fundamentais da realização humana como o são o trabalho e a família na vertente da parentalidade.

Uma face do problema...

Mudanças sociais e culturais recentes, como a extensão generalizada da escolarização, as dificuldades de funcionamento do mercado do primeiro emprego e até, nalguns casos, a precariedade das condições de trabalho, explicam a maior probabilidade com que, actualmente, um número crescente de jovens permanece até fases mais tardias do seu desenvolvimento em casa dos seus pais.

Assiste-se, de algum modo, a uma tendência para um prolongamento da fase de adolescência (Furstenberg, 2000) e, portanto, também a um adiamento no que se refere à realização de um conjunto de tarefas psicossociais que assinalam a transição para a idade adulta, que não estará isenta de consequências no que se refere à forma como os jovens perspectivam e planeiam o futuro.

A dilatação do tempo de co-habitação com os pais, que, em grande parte dos casos, corresponde a um alargamento do período de dependência instrumental e emocional em relação à família de origem ou, pelo menos, a uma experiência de semi ou pseudoautonomia, tem, certamente, algum impacto no processo, forma e conteúdo dos projectos de vida dos filhos quanto mais não seja pelo retardar da experiência de outros papéis da existência fora do contexto da família de origem.

Num mundo em que o alcance dos marcadores tradicionais do estatuto adulto se tornou mais difícil (Furstenberg, 2000), em que o estabelecimento de objectivos e investimentos a longo-prazo se torna, por vezes, problemático, e no qual as dimensões da identidade

associadas ao desempenho de papéis da vida adulta podem não poder configurar-se antes dos 25 ou 30 anos, é provável que os pais continuem a ser influências proeminentes no que diz respeito às expectativas e opções dos filhos quanto aos papéis da vida adulta e que as experiências vividas na família de origem se tornem ainda mais importantes na construção de significado pessoal para esses papéis.

Outra face do problema...

Embora, de facto, haja bastante evidência da relação entre os comportamentos dos pais e os dos filhos, a noção de transmissão intergeracional torna-se problemática em tempos de mudanças sociais em larga escala (Moen, Erickson, & Dempster, 1997), em que as gerações mais novas parecem ver-se forçadas a divergir dos mais velhos nas crenças, nos valores e nos comportamentos para se poderem adaptar com alguma flexibilidade aos desafios que lhes são impostos pelas actuais condições de vida.

Uma certa desintegração a que se assiste ao nível das estruturas e das formas tradicionais de organização social tem vindo a debilitar muitas das referências e a modificar os processos de construção da identidade dos indivíduos traduzindo-se, segundo alguns autores, numa perda da capacidade socializadora das instituições e numa crise da função de transmissão (Tedesco, 2001).

Actualmente, as novas gerações vivem numa ordem pós-tradicional na qual a tradição e o hábito deixaram de funcionar como elementos securizantes na vida dos indivíduos. A globalização e a “destraditionalização” vieram traduzir-se na decadência dos rituais e dos saberes sociais instituídos e, sob a hegemonia da dúvida e da imprevisibilidade, o espaço social tornou-se um espaço de risco e contingência no qual cabe ao indivíduo posicionar-se perante uma infinidade de potenciais cursos de acção e escolher, por si, um entre múltiplos “mundos possíveis” (Giddens, 1997).

Numa conjuntura de instabilidade e fluidez, de relativização do poder de controle das instituições mas também de novas oportunidades, muitas delas inéditas na história da huma-

nidade, em que a validade dos padrões de comportamento, descontextualizada das certezas da tradição, deixou de poder ser dimensionada no longo-prazo, pode questionar-se qual é o papel da família e que tarefas, das que fazem parte da sua missão institucional, continua a cumprir.

Actualmente, talvez como nunca antes, é importante reflectir sobre as possibilidades e capacidades do sistema familiar para combinar tradição e inovação e é fundamental perceber se, apesar do relativismo que domina uma parte significativa da vida social, os processos de identificação e transmissão intergeracional continuam a reforçar o desejável sentido de identidade e pertença das gerações mais novas, de modo pessoalmente satisfatório e adaptativo e socialmente útil.

Uma constatação desafiante...

Com efeito, o estudo das influências da família de origem na socialização dos jovens não tem acompanhado o ritmo das mudanças que, nas últimas décadas, revolucionaram as visões mais clássicas acerca da importância da família e do trabalho na vida dos indivíduos.

A obsolescência das convenções sociais ligadas ao género, a alteração da estrutura e do conteúdo dos papéis ligados à família e ao trabalho, a maior afluência das mulheres ao mercado de emprego, de que Portugal é um caso exemplar pela sua precocidade, são apenas alguns dos factores que convidam a reequacionar a contribuição da família para o desenvolvimento das gerações mais novas e, em particular, para a formação de certas expectativas e crenças quanto às fontes primárias de satisfação e realização pessoal na vida adulta.

Família de origem e projectos de vida das gerações mais novas

De entre todos os papéis em relação aos quais a família pode constituir-se como contexto privilegiado de exploração e socialização para as gerações mais novas, coloca-se a tónica em dois domínios específicos de desempenho de papéis na vida adulta: a parentalidade e o

trabalho. A escolha destes dois domínios, que correspondem a dois campos distintos de experiência e de investimento pessoal, traduz, por conseguinte, o reconhecimento da comprovada saliência dessas duas dimensões na estrutura da identidade individual, bem como a noção de que são duas das esferas de vida que mais têm reflectido o efeito das transformações na sociedade global.

De acordo com alguns autores (Lencaster *et al.*, 1986 *cit. in* Greenberger & Goldberg, 1989), uma definição de investimento parental relevante para a condição humana actual, deverá considerar o modo como os pais, influenciados por vários constrangimentos e oportunidades ambientais, mobilizam os seus recursos para os seus filhos de modo a assegurar o seu acesso a meios (formação profissional, segurança económica,...) que lhes permitam suportar as suas próprias iniciativas de reprodução e de parentalidade.

O extraordinário aumento dos casos de famílias de duplo emprego que se verificou nas últimas décadas, deixa antever como o trabalho pode tornar-se um condicionamento importante do capital material e afectivo que fica disponível para a realização do projecto parental.

A interacção do papel de trabalhador/profissional com o papel de pai/mãe é, certamente, um argumento convincente quanto ao interesse de apreciar o modo como os pais distribuem os seus recursos pessoais pelo papel parental e pelo papel de trabalhador/profissional e de que forma as experiências dos pais, se repercutem nas opções dos filhos quando, ao terem a oportunidade de assumir esse duplo papel, se vêem confrontados com a necessidade de decidir o que é mais importante para si próprios e como devem ou desejam viver a sua vida.

Será que as experiências vividas na família de origem participam do processo de construção de significados para os papéis parental e de trabalhador/profissional? Será que, face a um cenário de grandes transformações na estrutura de oportunidades e nas expectativas sociais, a família de origem continua a proporcionar aos indivíduos referências relevantes e úteis em termos da importância relativa desses papéis? Até que ponto, os imperativos da adaptação aos desafios contemporâneos, distancia os jovens das experiências vividas na

família de origem? Estará a transmissão intergeracional a mostrar-se funcional e eficaz no que se refere à relação que os indivíduos mantêm com o trabalho e com a parentalidade? Estarão as gerações mais novas a beneficiar da experiência das suas figuras parentais na forma como diferenciam a importância da família e do trabalho? Será que as lições aprendidas com o exemplo e as mensagens das figuras parentais, são incorporadas nas identidades de pais/mãe e trabalhador/profissional dos filhos?

Tendo referenciais diferentes daqueles de que os seus pais fazem testemunho na própria dinâmica da interacção familiar, não deixa de ser interessante procurar conhecer a medida em que a família de origem poderá continuar a influenciar as intenções e orientações das novas gerações no que se refere a dois papéis centrais da existência humana que, quer antropológica quer historicamente, foram alinhando com diferenças de género.

A influência do género

A centralidade tradicional dos papéis maternal e conjugal para as mulheres e do papel de trabalhador/profissional para os homens é um dado verdadeiramente histórico (Bielby & Bielby, 1989; Ferree, 1990; Reitz & Mutran, 1994; Wiley, 1991). O termo histórico tem aqui um alcance que está para além da convicção na continuidade diacrónica, e que pretende, sobretudo, exprimir a ideia de ruptura com um passado no qual o envolvimento dos indivíduos com a família e o trabalho era prioritariamente determinado pelo grupo sexual e social de pertença.

Actualmente, a investigação dá conta de maiores variações nas expectativas de homens e mulheres quanto ao seu futuro envolvimento nesses dois domínios. Se alguns homens continuam a derivar o seu sentido de identidade das suas carreiras (Archer, 1989), outros valorizam de sobremaneira os seus papéis familiares mostrando-se mesmo mais tradicionalistas que as mulheres relativamente às expectativas que possuem quanto aos futuros papéis conjugal, parental e de trabalhadores/profissionais (Beutel & Marini, 1995; Kerpelman & Schvaneveldt, 1999; Stevens, Putchell,

Ryu & Mortimer, 1992; Tuck, Rolfe & Adair, 1994).

As mulheres, por seu turno, parecem inclinar-se para a priorização quer da família quer do trabalho (Archer, 1989). Os projectos vocacionais das mulheres parecem distinguir-se cada vez menos dos homens sem que isso, no entanto, reflecta a desvalorização de outros objectivos como casar e ser mãe (Novack & Novack, 1996).

No seu conjunto estes dados, descrevem um panorama bastante complexo relativamente à importância que os papéis familiares e de trabalhador/profissional assumem na vida dos homens e das mulheres.

Os elevados investimentos femininos no trabalho contrapõem-se à imagem tradicional da "mulher de família", "fada do lar" ou "anjo doméstico", cuja maior virtude é a capacidade de desistir de si própria, numa abnegação quase sem limites que a colocava ao serviço do marido, dos filhos e da vida doméstica. O trabalho fora de casa, além de se ter tornado valioso para a economia familiar, tornou-se também mais apetecível para as mulheres do ponto de vista da sua própria realização pessoal. A feminilidade e a maternidade, antes tratadas de forma sinónima, diferenciam-se e adquirem um novo significado afirmando-se como fontes independentes de identidade e de experiência (Arendell, 2000).

Ainda que a necessidade de conciliar e fazer uma gestão equilibrada das responsabilidades profissionais e domésticas possa comportar dificuldades acrescidas para as mulheres que acumulam os papéis familiares e o papel profissional, nem sempre as maiores exigências parecem fazê-las esmorecer nas suas aspirações.

No que diz respeito aos homens, o ingresso das companheiras no mercado de emprego, juntamente com a maior atenção que eles próprios parecem dispostos a dedicar à relação conjugal e à parentalidade, põem em causa a exclusividade do seu estatuto clássico de "ganha-pão". Se, outrora, as obrigações inerentes a esse estatuto serviam como justificação para o seu sobreinvestimento no trabalho, e esse constituía a única expressão da participação masculina na vida familiar, hoje não só não é um exclusivo masculino como talvez não baste

nem para o bem estar psicológico nem para o sentimento de realização pessoal dos homens.

A investigação, agora mais atenta do que antes à experiência da paternidade, têm-se encarregado de encontrar provas da importância do papel parental para os homens. Os estudos demonstram que os papéis familiares e o papel de trabalhador/profissional têm efeitos similares na saúde psicológica dos homens com o envolvimento emocional com os filhos a apresentar-se mesmo como um amortecedor dos efeitos negativos associados trabalho (Barnett, Marshall & Pleck, 1992).

Variações subjectivas no grau de envolvimento com o trabalho e a parentalidade

Embora não se saiba exactamente o tamanho da distância que separa a retórica da partilha de papéis da realidade, parece iniludível a existência de variações subjectivas no envolvimento de homens e de mulheres com o trabalho e a parentalidade. Tanto homens como mulheres ao tornarem-se pais e mães, podem tomar a parentalidade como um aspecto saliente da identidade, como um estatuto central que passa a ter prioridade sobre os outros e a ser evocado nas interacções, decisões, pensamentos e comportamentos em todos os seus contextos de vida, inclusive na relação com o trabalho. As decisões relativas ao trabalho podem ficar subordinadas à grande importância do papel parental para o indivíduo mas as condições do seu ambiente de trabalho podem também limitar a sua capacidade para pôr em prática os seus investimentos parentais. Pode também acontecer que o papel de trabalhador/profissional tenha precedência sobre todos os outros papéis desempenhados pelo indivíduo e o papel parental seja secundário ou até residual na estrutura da sua identidade.

Elevados investimentos no trabalho podem produzir na vida das figuras parentais consequências muito diferentes consoante sejam concomitantes a investimentos igualmente elevados ou consideravelmente mais reduzidos na parentalidade. Segundo alguns autores (Greenberger & Goldberg, 1989), o investimento no trabalho pode mesmo ser encarado de forma paradoxal pelos pais: por um lado,

a dedicação ao trabalho é vantajosa para os filhos dado representar a oportunidade de obter recursos materiais para a família e promover a mobilidade dos filhos na estrutura social; por outro lado, a dedicação de quantidades substanciais de tempo, de energia e de atenção ao trabalho pode limitar o envolvimento directo do adulto nas tarefas da parentalidade.

Alguns estudos revelam, que o grau de envolvimento no papel paterno se encontra negativamente relacionado com a intensidade do envolvimento com o trabalho (Radin & Russell, 1983 *cit. in* Eggebeen & Knoester, 2001) enquanto outros mostram que o investimento no trabalho apenas aparece negativamente associado ao investimento na parentalidade no caso das mães (Greenberger & Goldberg, 1989).

Seja como for, um dado parece inequívoco: o de que a extensão na qual as figuras parentais devotam o seu tempo, a sua energia e os seus afectos ao trabalho não é inconsequente, nem no imediato nem a longo prazo, para a vida dos filhos. Resta saber de que forma as experiências vividas pelos filhos na família de origem se repercutem na natureza dos significados que, quando adultos, vinculam ao trabalho e à parentalidade.

Continuidades e descontinuidades geracionais nos padrões de investimento

A investigação sobre a transmissão de atitudes de pais para filhos revela que elas devem visíveis, concretas, e realmente salientes para os pais para que possam ser apreendidas pelos filhos. A congruência atitudinal entre pais e filhos é mais elevada relativamente a comportamentos que sejam altamente visíveis e salientes durante longos períodos de tempo e menor no que se refere a atitudes abstractas ou difusas e afirmações de valor gerais (e.g. Glass, Bengtson & Dunham, 1986; Smith, 1982 *cit. in* Moen *et al.*, 1997).

Assim, quando o que se pretende é perceber a existência de continuidades e descontinuidades nos significados que pais e filhos atribuem ao trabalho e à família, nada melhor que considerar o papel parental e o papel de trabalhador/profissional como referentes explícitos da transmissão intergeracional.

A saliência desses papéis poderá ser estimada a partir do próprio grau de investimento dos indivíduos em cada um deles.

A hipótese da similaridade intergeracional sugere que à medida que os jovens assumem o desempenho de papéis da vida adulta, os seus papéis e as suas experiências se tornam similares aos papéis e experiências dos seus pais (Bengtson & Black, 1973 *cit. in* Aquilino, 1997). Os processos de modelagem parecem assumir aqui um papel de destaque. As atitudes e os investimentos dos pais em relação a domínios que surgem como mais ou menos centrais e gratificantes nas suas vidas, influenciam a visão e a orientação que os filhos adoptam face a esses mesmos domínios. Compreender os antecedentes familiares do investimento na parentalidade e no trabalho torna-se fundamental à compreensão da forma através da qual a escolha de certos domínios preferenciais de realização pessoal repete ou modifica os padrões de investimento experimentados de forma vicariante na família de origem.

Aprendizagem social e modelagem

Segundo o modelo da aprendizagem social é a antecipação de consequências positivas ou negativas que determina os aspectos dos comportamentos modelados que os indivíduos retêm ou ignoram. A observação das consequências vicariantes (isto é, aquelas que são observadas contingentemente à acção do modelo) podem ter uma função informativa (permitem perceber que tipo de acções se acompanham de efeitos positivos e negativos) e uma função valorativa. Através de processos simbólicos, os indivíduos derivam das consequências percebidas do comportamento modelado certas crenças e expectativas acerca do valor, eficácia ou relevância desse comportamento que funcionam como motivadores ou inibidores da produção de padrões comportamentais similares (Bandura, 1977, 1986).

A observação do envolvimento dos pais no papel parental e de trabalhador/profissional é, provavelmente, um dos muitos meios que os jovens têm ao seu dispor para obterem informação e pistas que lhes permitam formar uma

opinião acerca da extensão na qual o envolvimento com cada um desses papéis se tornará gratificante para si próprios. Um fraco investimento no papel parental por parte dos pais pode funcionar como um *feed-back* negativo quer quanto ao prazer que, em geral, esse papel lhes proporciona quer quanto às gratificações que a relação com os filhos lhes permite obter. O reduzido investimento na parentalidade pode, assim, influenciar o investimento futuro dos filhos nesse papel ao dar origem a uma visão negativa do papel parental. Pelo contrário, pais que se envolvem e são apoiantes na interacção com os seus filhos comunicam a mensagem de que a parentalidade é uma actividade gratificante e aprazível (Simons, Beaman, Conger & Chao, 1993) logo, pais que fazem investimentos elevados no papel parental também podem comunicar aos filhos a mensagem de que vale a pena investir no papel parental. Esta mensagem pode aumentar a probabilidade dos filhos anteciparem as gratificações do papel, parental e fazerem maiores investimentos nesse papel, eventualmente até em detrimento dos investimentos no papel de trabalhador/profissional, se o reduzido investimento dos pais neste papel ou as implicações negativas de um elevado investimento neste para o funcionamento familiar, resultarem na representação de que esse é um papel problemático ou pouco gratificante.

O mesmo parece válido para o papel de trabalhador/profissional. Sabe-se, por exemplo, que filhos de pais que investem excessivamente no papel profissional identificam e descrevem como consequências desse sobreinvestimento no trabalho, aspectos como preocupação (ter sempre outra coisa qualquer na cabeça); urgência (andar sempre apressado); irritabilidade (envolver-se de tal forma no trabalho que parecem sempre contrariados e instáveis); depressão (levar o trabalho demasiado a sério e não serem bem dispostos) (Gates, 1971, *cit. in* Robinson, 2000). A percepção de consequências predominantemente negativas para esse superenvolvimento com o trabalho, certamente que não é favorável a uma visão nem do papel parental nem do papel de trabalhador/profissional como fontes de gratificações. Não só a dedicação ao trabalho parece fazer-se à custa do investimento no papel

parental como também aparece associada a uma série de comportamentos negativos que os filhos avaliam como penalizadores para os próprios pais.

Parece assim, que a exposição dos indivíduos à forma como, ao longo do seu crescimento, os seus pais geriram os dois papéis, poderá influenciar a sua perspectiva quanto ao trabalho e à parentalidade e, por conseguinte, a sua orientação face a esses papéis. A similaridade intergeracional explicar-se-ia, neste caso, por processos de modelagem, sendo que a continuidade geracional resultaria da herança social e da reprodução do padrão de investimentos dos pais.

No entanto, é possível que os filhos estejam conscientes de certos aspectos dos investimentos dos seus pais e não queiram que eles se repitam na sua vida. Afinal, o processo de transmissão também envolve a selecção dos conteúdos transmitidos (Schonpflug, 2001). Provavelmente estes filhos irão procurar adoptar formas de comportamento distintas das exibidas pelos seus pais de modo a proporcionarem aos seus descendentes experiências diferentes das vividas por si na família de origem. As discontinuidades intergeracionais seriam, neste caso, explicadas, segundo a teoria da aprendizagem social, em função do grau de identificação dos indivíduos com o modelo. Se o factor identificação não estiver presente ou os indivíduos avaliarem negativamente o modelo, parece mais provável que considerem mais vantajosa a compensação do comportamento do outro a que teriam estado expostos do que a sua repetição. Ficam, no entanto, por esclarecer quais os mecanismos internos que favorecem a identificação com os modelos, pelo que a explicação para as situações de compensação permanece incompleta.

Para se compreender melhor os processos que estão subjacentes a estas situações de discontinuidade, poderá ser útil prestar atenção aos resultados de alguns estudos que sugerem ser preferível uma conceptualização integrada das hipóteses de modelagem e de compensação. Tais investigações revelam, por exemplo, que padrões de comunicação parental caracterizados por uma certa distância emocional não estão destinados à repetição na geração seguinte na medida em que são, pelo

menos no que se refere à dimensão afectiva, largamente compensados pelos indivíduos (Floyd & Morman, 2000). Estes indivíduos, procuram criar relações mais fortes e positivas com os seus filhos do que as que tiveram com os seus pais sendo pela via de mudanças no seu enquadramento relacional, que padrões de comunicação negativos deixam de se reproduzir.

Também importa registar que embora a hipótese da similaridade intergeracional, assente na ideia de modelagem, tenha recebido algum suporte empírico (Aquilino, 1997) ela foi testada com base na avaliação do desempenho do papel (o acto de ser pai ou de trabalhar) mais do que na avaliação do investimento. Esta dimensão afectiva da identidade parental e de trabalhador/profissional, consubstanciada na noção de investimento, tem estado mais arredada da investigação, facto que não deixa de ser surpreendente dado serem bastante óbvias as diferenças entre a reprodução dos comportamentos tipicamente associados a um papel e a atribuição de algum valor cognitivo e emocional intrínseco a esse papel.

Tal como Ferree (1990), assinala é o significado que o indivíduo atribui a um dado comportamento de papel que tem consequências para o funcionamento individual e familiar. Sendo motivadores primários da acção dos pais, e exprimindo-se também nos seus próprios padrões de investimento, estes significados determinam, provavelmente, o que e de que modo uma geração transmite à outra as suas ideias e os seus valores relativamente a cada um dos papéis que desempenha.

As insuficiências do modelo da aprendizagem social na explicação destas situações de discontinuidade, juntamente com o reconhecimento da centralidade de dimensões afectivas e semânticas nos casos em ocorre compensação, leva-nos a considerar a perspectiva do interaccionismo simbólico e a da vinculação como mais relevantes e úteis na compreensão das continuidades e discontinuidades geracionais dos padrões de investimento.

Interaccionismo simbólico

O interaccionismo simbólico parte dos

conceitos de significado e de interacção para descrever o comportamento dos indivíduos, postulando que o ser humano se orienta em função do que as coisas significam para si. Os significados que os indivíduos atribuem à realidade são vistos como fruto do processo de interacção sendo criados a partir de processos interpretativos que se aplicam à forma como todos os outros com quem o indivíduo interage, encaram e actuam em relação a essa mesma realidade (Blumer, 1982; Charon, 1998; Mead, 1934).

O significado da realidade para um indivíduo imana, fundamentalmente, do modo como essa realidade foi definida pelas pessoas com quem se relaciona e, por isso, o significado aprende-se e transmite-se a partir de um processo de definição e interpretação que tem lugar no contexto de interacções significativas:

Cada indivíduo, ao mesmo tempo que interpreta as indicações que recebe dos outros, define também ele próprio o que o outro deve fazer. Através deste processo, os indivíduos não só estruturam a sua conduta individual como garantem a adaptação recíproca e a consentaneidade das linhas de acção individuais (Blumer, 1982; Charon, 1998).

Também o indivíduo pode converter-se em objecto dos seus próprios actos. Também ele é capaz de estabelecer relação consigo próprio dando-se indicações e respondendo a elas. Para isso terá, no entanto, de se colocar no lugar do outro e observar-se ou actuar em relação consigo a partir dessa nova perspectiva (Mead, 1934).

A perspectiva do interacccionismo simbólico parece indicar que o investimento relativo dos pais no trabalho e na parentalidade pode resultar em definições quanto aos comportamentos que, para cada um dos domínios, são mais apropriados. Será, no entanto, a interpretação que os filhos fazem das indicações veiculadas pelas figuras parentais relativamente ao papel parental e ao papel de trabalhador/profissional, que poderá dar lugar à adopção de padrões similares ou dissimilares de investimento.

Parece, então, poder hipotetizar-se que, ao longo do crescimento dos filhos, os investimentos dos pais no papel parental e no papel de trabalhador/profissional, possam dar origem a

interpretações quanto à importância relativa de cada um desses papéis na vida adulta e criar nos filhos diferentes expectativas quanto ao grau no qual o investimento em cada um desses papéis será um comportamento compensador para si e, colocando-se na perspectiva dos seus próprios filhos, potencialmente satisfatório também para eles. Deste modo, através da interacção com os pais, os indivíduos podem tornar-se mais sensíveis a certos valores e podem começar a construir significados que lhes permitirão dar sentido aos seus futuros papéis de pai/mãe e trabalhador/profissional. A cultura e as relações familiares tornam-se, assim, o ponto de partida donde os indivíduos poderão definir *"the particular roles they deem worthy of vigorous performance"* (Marks & MacDermid, 1996) e traçar objectivos quanto à relação que no futuro desejam manter com e entre o trabalho e a família.

Também o significado pessoal construído relativamente ao efeito dos padrões de investimento dos pais na relação consigo, poderá influenciar os seus próprios investimentos. Pondo-se a si próprio no lugar do outro que é o filho, tais significados poderão funcionar como auto-indicações relativamente à prioridade a conferir, na sua vida, ao trabalho ou à parentalidade.

Teoria da vinculação

As teorias da transmissão cultural reforçam a expectativa de que a vinculação seja uma variável chave das continuidades e descontinuidades potencialmente observáveis nos padrões de investimento quando referem que ao nível intergeracional, a transmissão é facilitada pela existência de laços afectivos entre o modelo cultural e o receptor (Euler, Hoiér & Rohde, 2001). A natureza da ligação afectiva que exista entre pais e filhos pode, assim, influenciar o grau no qual os conteúdos da experiência dos pais se tornam significativos para a geração seguinte.

Mas outros aspectos da teoria da vinculação parecem revelar-se instrumentais na compreensão dos processos de transmissão intergeracional, a começar pelos pressupostos relativos às representações internas ou modelos

representacionais da vinculação, já que constituem um mecanismo explicativo da ligação intergeracional entre pais e filhos.

Segundo a perspectiva da vinculação, os acontecimentos e interacções interpessoais passadas, nomeadamente no contexto da relação com as figuras parentais, organizam-se em representações generalizadas dos acontecimentos vividos, que estão na base da formação de estruturas cognitivas e emocionais cuja função é codificar as interacções posteriores de uma forma que facilite ao indivíduo a antecipação de como os outros significativos se comportarão em relação a si e de como o self se poderá sentir, pensar e agir em resposta ao comportamento do outro (Bowlby, 1982; Main, Kaplan & Cassidy, 1985).

A qualidade da vinculação depende da natureza dos cuidados que a figura de vinculação (habitualmente, um ou ambos os pais) presta ao indivíduo e das aprendizagens feitas por esse indivíduo relativamente ao grau no qual a figura de vinculação se mostra um recurso disponível e satisfaz as suas necessidades de segurança e conforto (Bowlby, 1982). Partindo-se deste princípio, há lugar a admitir que as consequências afectivas que os filhos experimentam na relação com os pais variem em função da configuração de papéis e dos padrões de investimento dos pais. Um investimento elevado dos pais no trabalho, por exemplo, pode afectar a qualidade da vinculação dos filhos ao condicionar a sua disponibilidade emocional, a sua acessibilidade física e a sua responsividade às necessidades de segurança e conforto daqueles.

Alguns autores encontram evidência pouco significativa de que o investimento no trabalho ocorra em detrimento do investimento na parentalidade mas salientam o maior impacto na socialização dos filhos do investimento na parentalidade comparativamente ao investimento no trabalho (Greenberger & Goldberg, 1989). Quanto mais não seja, ao sublinhar a preponderância do papel parental no processo de socialização, este dado permite especular acerca da importância que a qualidade da relação pais-filhos (o factor que mais materializa os efeitos do envolvimento dos indivíduos no papel parental) poderá ter na forma como os filhos aprendem a valorizar e a construir

significado para cada um dos papéis.

Caso o investimento da figura de vinculação no trabalho seja concorrente ao investimento parental, e caso se encontre associado a representações internas inseguras da vinculação, talvez seja mais provável o desenvolvimento de uma representação negativa do papel de trabalhador e de uma representação negativa da própria parentalidade por parte dos filhos.

Os padrões de investimento parentais parecem, assim, poder contribuir para a estruturação das representações de vinculação dos filhos com estas últimas a poderem assumir uma função selectiva ao nível da transmissão intergeracional dos significados associados ao trabalho e à parentalidade.

A reduzida evidência empírica não permite firmar a ideia de que a saliência relativa que o trabalho e a parentalidade tenham para os pais possa influenciar o tipo de vinculação dos filhos. No entanto, os resultados de um estudo de Hazan e Shaver (1990) não deixam de ser encorajadores ao mostrarem que indivíduos com vinculações seguras, embora valorizem o trabalho tendem a valorizar mais as relações e a não permitir que o trabalho interfira nessas relações. De alguma forma, reforçam a expectativa de que a gestão dos investimentos no trabalho e na parentalidade possa depender da vontade dos indivíduos em priorizar um ou outro domínio nas suas vidas e de que a qualidade dos modelos internos dos filhos reflecta, justamente, a natureza das acções que empreendem com esse fim.

As representações dos filhos quanto às consequências afectivas que resultaram para si dos padrões de investimento dos pais, podem, de alguma maneira, ser vistas como um factor de peso ao nível da sua decisão quanto ao lugar que o trabalho e a relação com os filhos devem ocupar na sua vida adulta. Indivíduos que representam como segura a relação com os pais, são indivíduos que, possivelmente, registam deles memórias de disponibilidade, aceitação, apoio e envolvimento suficientemente activas para os estimular à repetição dos padrões de investimento parentais. As experiências vividas na família de origem e corporalizadas nas representações da vinculação, podem desta forma, influenciar o processo de construção de significado para o trabalho e para

a parentalidade e, conseqüentemente, afectar o processo de transmissão intergeracional dos padrões de investimento no trabalho e na parentalidade (Nascimento & Coimbra, no prelo).

Vários autores referem-se à transmissão intergeracional dos padrões de vinculação quando confirmam a existência de concordâncias entre as representações da vinculação de indivíduos adultos e os padrões de vinculação dos filhos (e.g. Fonagy Steele & Steele, 1991; Slade & Cohen, 1996; Steele, Steele, & Fonagy, 1996). A explicação apontada remete para a hipótese dos comportamentos dos pais derivarem da natureza específica das dimensões cognitivas e emocionais que estruturam as suas representações mentais das experiências de vinculação passadas. Tais comportamentos, produzidos na relação com os filhos, tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento de certas assunções por parte dos filhos quanto a si próprios e às figuras de vinculação que se organizam num modelo interno de características similares ao da figura parental vinculada (Main *et al.*, 1985; Steele & Steele, 1994). É sob mediação dos comportamentos parentais, que parece processar-se, a transmissão intergeracional dos padrões de vinculação. No entanto, é reconhecida a possibilidade de certos acontecimentos e experiências poderem modificar, corrigir ou reparar os modelos internos formados a partir das relações primárias. Transições de vida significativas, que implicam a adopção de novos papéis sociais, por exemplo, podem ocasionar a avaliação e reorganização das representações da vinculação (Bowlby, 1982; Caspi & Elder, 1988 *cit. in* Bartholomew & Horowitz, 1991; Feeney & Noller, 1990). Parece assim legítimo esperar-se que o ingresso no mercado de trabalho, o envolvimento em relações românticas significativas e a paternidade/maternidade possam pontuar, na vida do indivíduo, uma remodelação das representações internas da vinculação. É a este nível que também faz sentido equacionar a questão da continuidade e descontinuidade dos padrões de investimento no trabalho e na parentalidade. Se a experiência de trabalhar, o casamento ou o nascimento de um filho vierem ajudar os indivíduos a avaliar mais consistentemente os investimentos dos seus pais, é provável que as

representações internas da vinculação se reorganizem produzindo maior ou menor convergência nos padrões de investimento de pais e de filhos.

Comentários finais

O investimento dos pais no trabalho e na parentalidade parece, de algum modo, poder traduzir a importância e o significado que os papéis relativos a esses dois domínios assumem nas suas vidas. Diferentes configurações de papéis repercutir-se-ão na qualidade da relação pais-filhos, sendo que a forma como os filhos percebem e reagem aos investimentos parentais influi, directa ou indirectamente, no processo de construção das expectativas e dos significados que, mais tarde, vinculam à sua identidade parental e de trabalhador/profissional (e que se reflectem nos seus padrões de investimento).

Admite-se que os pais e a família de origem possam ter um papel significativo no modo como os filhos constroem as suas identidades de pais e de trabalhadores/profissionais considerando-se, que *"The level of identity importance that a young adult attributes to a future role, as well as how a set of adult roles will be balanced are important precursors to the actual management of these roles once they are acquired"* (Kerpelman & Schvaneveldt, 1999).

Os investimentos dos pais no papel parental e de trabalhador/profissional, os significados que interpretativamente a partir deles os filhos constroem e a importância que, antecipadamente, aprendem a atribuir-lhes são aqui concebidos como factores antecedentes dos investimentos dos filhos nesses mesmos papéis, com a natureza da vinculação pais-filhos a operar como factor selectivo ao nível das continuidades vs descontinuidades transgeracionais que se possam observar nos padrões de investimento.

Das experiências vividas na família de origem, os indivíduos tirarão as lições que se mostrem mais profícuas em termos da sua realização pessoal, mas também as que se mostrem mais promissoras em termos da satisfação das necessidades de desenvolvimento do filho que têm e que um dia também já foram. O desafio que se coloca aos pais é o de prosseguirem o seu projecto de vida e

assegurarem generativamente, o sucesso psicológico e a viabilidade social dos projectos de vida da geração seguinte, em ambientes de trabalho e familiares nem sempre favoráveis à transmissão dos valores que, sendo subjectivamente muito investidos, nem sempre são os adaptativamente mais úteis ou socialmente mais valorizados.

Bibliografia

- Aquilino, W.S. (1997). From adolescence to young adult: A prospective study of parent-child relations during the transition to adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 59, 670-686.
- Archer, S.L. (1989). Gender differences in identity development: Issues of process, domain and timing. *Journal of Adolescence*, 12, 117-138.
- Arrendel, T. (2000). Conceiving and investigating motherhood: The decade's scholarship. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1192-1207.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Barnett, R.C., Marshall, N.L., & Pleck, J.H. (1992). Men's multiple roles and their relationship to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.
- Bartholomew, K & Horowitz, L.M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Beutel, A.M., & Marini, M.M. (1995). Gender and values. *American Sociological Review*, 60, 436-448.
- Bielby, W.T., & Bielby, D.D. (1989). Family ties: Balancing commitments to work and family in dual earner households. *American Sociological Review*, 54, 776-789.
- Blumer, H. (1982). El interaccionismo simbólico: Perspectiva y método. Barcelona: Hora S.A.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss (Vol.1)*. New York: Basic Books.
- Charon, J.M. (1998). *Symbolic interactionism. An introduction, an interpretation, an integration*. New Jersey: Prentice Hall.
- Cunningham, M. (2000). *Sangue do meu sangue*. Gradiva.
- Eggebeen, D.J., & Knoester, C. (2001). Does fatherhood matters for men?. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 381-393.
- Euler, H.A., Hoier, & S. Rohde, P.A. (2001). Relationship-specific closeness of intergenerational family ties: Findings from evolutionary psychology and implications for models of cultural transmission. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 32, 147-158.
- Feeney, J., & Noller, P. (1990). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 281-291.
- Ferree, M.M. (1990). Beyond separate spheres: Feminism and family studies. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 866-884.
- Floyd, K., & Morman, M.T. (2000). Affection received from fathers as a predictor of men's affection with their own sons: Tests of modelling and compensation hypotheses. *Communication Monographs*, 67, 347-361.
- Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development*, 62, 891-905.
- Furstenberg, F.F. (2000). The sociology of adolescence and youth in the 1990s: A critical commentary. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 896-910.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal* (2.ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Glass, J., Bengtson, V.L., & Dunham, C.C. (1986). Attitude similarity in three generation families: Socialization, status, inheritance, or reciprocal influence? *American Sociological Review*, 51, 685-698.
- Greenberger, E., & Goldberg, W.A. (1989). Work, parenting and the socialization of children. *Developmental Psychology*, 25, 1, 22-35.
- Hazan, C., & Shaver, P.R. (1990). Love and work: An attachment-theoretical perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 270-280
- Kerpelman, J. L., & Schvaneveldt, P.L. (1999).

- Young adults' anticipated identity importance of career, marital and parental roles: Comparisons of men and women with different role balance orientations. *Sex roles*, 41, 189-217.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, Vol. 50* (Serial No.209).
- Marks, S.R., & MacDermid, S.M. (1996). Multiple roles and the self: A theory of role balance. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 417-432.
- Mead, G.H. (1934). *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. London: University of Chicago Press.
- Moen, P., Erickson, M. A., & Dempster-McClain, D. (1997). Their mother's daughters? The intergenerational transmission of gender attitudes in a world of changing roles. *Journal of Marriage and the Family*, 59, 281-293.
- Nascimento, I. & Coimbra, J.L. (no prelo). A vinculação como variável compreensiva da transmissão intergeracional dos investimentos na parentalidade e no trabalho.
- Nelson-Jones, R. (1995). *The theory and practice of counselling* (pp. 244-260). London: Cassell.
- Novack, L.L., & Novack, D.R. (1996). Being female in the eighties and nineties: Conflicts between new opportunities and traditional expectations among white, middle-class, heterosexual college women. *Sex Roles*, 35, 57-77.
- Reitz, D.C., & Mutran, E.J. (1994). Multiple roles and identities: Factors influencing self-esteem among middle-aged working men and women. *Social Psychology Quarterly*, 57, 313-325.
- Robinson, B. E. (2000). Workaholism: Bridging the gap between workplace, sociocultural, and family research. *Journal of Employment Counseling*, 37, 31-47.
- Schonpflug, U. (2001). Intergenerational transmission of values: the role of transmission belts. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32, 174-185.
- Simons, R.L., Beaman, J., Conger, R. D. & Chao, W. (1993). Childhood experience, conceptions of parenting, and attitudes of spouse as determinants of parental behavior. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 91-106.
- Slade, A., & Cohen, L.J. (1996). The process of parenting and the remembrance of things past. *Infant Mental Health Journal*, 17, 217-238.
- Steele, H., & Steele, M. (1994). Intergenerational patterns of attachment. In K. Bartholomew and D. Perlman (Eds.), *Attachment processes in adulthood. Advances in Personal Relationships, Vol. 5* (pp. 93-120). Bristol: Jessica Kingsley Publishers.
- Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.
- Stevens, C.J., Puchtell, L.A., Ryu, S., & Mortimer, J.T. (1992). Adolescent work and boys' and girls' orientation to the future. *Sociological Quarterly*, 33, 153-169.
- Tedesco, J.C. (2001). *Jóvenes, construcción de la identidad y educación*. Paper presented at the conference "Jóvenes, construcción de la identidad y Educación", Porto, Portugal.
- Tuck, B., Rolfé, J., & Adair, V. (1994). Adolescents' attitude toward gender roles within work and its relationship to gender, personality type and parental occupation. *Sex Roles*, 31, 547-558.
- Wiley, M.G. (1991). Gender, work, and stress: The potential impact of role identity salience, and commitment. *Sociological Quarterly*, 32, 495-510.

Résumé

Nascimento, I. & Coimbra, J. Les leçons de l'expérience: la relation parent-enfant et la transmission intergénérationnelle de la signification du travail et de la parentalité. *Cadernos de Consulta Psicológica 17/18*, 2001/2002, 95-107.

Être père/mère et, en même temps, travailler est une circonstance de plus en plus expérimentée par la majorité des personnes. La façon dont laquelle les individus distribuent leur ressources personnelles (de temps, d'énergie et emotio-

nelles) par les rôles de parent et de travailleur semble devenir une réalité avec caractéristiques androgènes. Les conditions du contexte socio-économique et culturel actuel, tel comme elles se reflètent dans les choix et investissement d'hommes et de femmes dans le monde du travail e dans la relation avec les enfants, apporte un intéressant défi a la recherche: celui de comprendre si et comme les expériences vives par les individus dans leurs familles d'origine continuent à contribuer par la construction de significations préférentielles par le travail et la parentalité, et si et comme ces expériences peuvent influencer les patrons d'investissement des nouvelles générations dans ces deux domaines de vie. Dans le présent article cet ensemble de questions est exploré, sus un point de vue théorique.

Abstract

Nascimento, I. & Coimbra, J. The lessons of experience: The parent-child relationship and

the intergenerational transmission of work and parental meanings. *Cadernos de Consulta Psicológica 17/18*, 2001/2002, 95-107.

Being father/mother while working at the same time, is a life circumstance more and more experienced by the majority of the individuals. The way individuals distribute their personal resources (of time, energy and emotional ones) between parental and worker roles seems to become a reality with growing androgynous characteristics. The conditions of the actual socio-economic and cultural context, as it reflects in men's and woman's options and commitments to the world of work and to the relation with children, brings an interesting challenge to research that is to understand if and how the experiences lived in the family of origin continue to contribute for the construction of some preferential meanings to work and parenting and how those experiences (may) influence the new generations' patterns of commitment to those two domains of life. The present article aims at exploring, from a theoretical point of view, this set of questions.